

# **ENSINO MÉDIO INTEGRADO:**

uma perspectiva abrangente na política pública educacional  
(Versão preliminar)

Brasília/DF  
Junho 2008

# SUMÁRIO

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
1. O ENSINO MÉDIO NO MARCO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA .....	05
2. OS NÚMEROS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	08
3. POR UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO.....	19
4. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DO ENSINO MÉDIO.....	23
5. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO.....	27
CONCLUSÃO.....	33
BIBLIOGRAFIA.....	35

## APRESENTAÇÃO

### APRESENTAÇÃO

**O** Ensino médio no Brasil tem sido considerado como uma das etapas mais difíceis para a política educacional, seja pela indefinição de sua identidade ou mesmo pela estrutura e formas de organização. O quadro atual revela a existência de uma dívida, quantitativa e qualitativa, ao direito a educação, o que implica, mantida esta situação, a negação da cidadania plena a grande maioria dos jovens brasileiros.

Algumas diretrizes, programas e ações do governo federal configuram um cenário de possibilidades que devem ser consideradas como determinantes no âmbito de uma efetiva política pública nacional de ensino médio comprometida em responder as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira. Dentre essas, destacam-se a aprovação do FUNDEB (Lei 11.494/2007) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que contém entre outros: o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação (Decreto nº. 6.094\2007), a reformulação da CAPES (PL 7.569 aprovado em 2007), o Plano de expansão da rede federal de educação tecnológica (PPA2008-2011) e o Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº. 6.302\2007).

Esta conjuntura representa uma oportunidade histórica na luta por um ensino médio de qualidade para todos, o que implica em reconhecer esta etapa da educação básica como estratégica para a formação cidadã do indivíduo, definindo-se pela decisão política de inserção na agenda prioritária do governo federal. Este contexto torna imperativa a articulação de programas e ações do Ministério da Educação e, em particular, àquelas que retomam a integração das políticas da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Para o êxito de uma Política comprometida em superar as dificuldades que marcam o Ensino Médio Brasileiro é fundamental alcançá-la, também, no campo conceitual; só assim é possível situá-la, de fato, como capaz de promover a formação humana em sua totalidade em termos epistemológicos e pedagógicos, o que implica uma abordagem que considere a indissociabilidade entre a ciência e a cultura, o humanismo e a tecnologia. A proposta deste documento é apresentar elementos que subsidiem a reflexão sobre a superação do falso antagonismo entre as finalidades propedêuticas e profissionais para o ensino médio. Para tanto a definição da sua identidade, como última etapa da educação básica, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, deve ser tratada a partir de um projeto para todos que desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que a constituem.

Trata-se de atribuir um significado abrangente para o Ensino Médio Integrado e no qual a articulação com a educação profissional técnica de nível médio constitui uma das importantes possibilidades formativas para esta etapa da educação.

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva  
Secretária de Educação Básica

Eliezer Pacheco  
Secretário de Educação Profissional  
e Tecnológica

# 1. O Ensino Médio no Marco da Educação Básica Brasileira

## 1. O Ensino Médio no Marco da Educação Básica Brasileira

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) já anunciava que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. A educação, por meio da escolarização, consolidou-se nas sociedades modernas como um direito formal dos povos, ainda que não tenha sido historicamente universalizada e assegurada a todos os indivíduos. Concebida como forma de socializar as pessoas de acordo com valores e padrões culturais e ético-morais da sociedade e como meio de difundir, de forma sistemática, os conhecimentos científicos construídos pela humanidade, o direito a ela consta como condição necessária para o exercício da cidadania e para a participação na vida produtiva do país.

Já no final do século XX a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) lembrou que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Reconheceu que a educação é de importância fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. A Cúpula Mundial de Educação (2000) acolheu os compromissos pela educação básica feitos pela comunidade internacional ao longo dos anos 90, especialmente na Cúpula Mundial pelas Crianças (1990), na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), na Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994), na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), na Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995), no Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996), na Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997) e na Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997).

Também em 2000, as "8 Metas do Milênio" foram aprovadas por 191 países da ONU. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir o objetivo pela educação básica de qualidade para todos.

No Brasil, a lentidão dos processos de democratização do ensino ao longo da história particularmente no sentido de acompanhar os avanços dos movimentos de modernização social dos séculos XIX e XX comprometeu a garantia de acesso aos direitos educacionais para a maioria de sua população.

Em relação à educação, a Constituição Federal reconhece, explicitamente no Art. 205, a educação como um direito de *todos*, consagrando, assim, a sua universalidade. Duarte (2003) enfatiza que a Constituição Federal reconhece, em seu Art. 6º, a educação como um direito fundamental de natureza social. Trata-se de uma dimensão que ultrapassa interesses meramente individuais e, embora represente uma forma de inserção no mundo da cultura e mesmo um bem individual, caracteriza-se como um bem comum compondo o conjunto dos direitos sociais.

Os movimentos político-sociais que envolvem as últimas décadas do século passado têm na Constituição da República Federativa do Brasil a formalização de muitos dos avanços alcançados. Na proposição do primeiro projeto de LDB à Câmara dos Deputados, pelo Deputado Federal Otávio Elísio, identifica-se a tentativa de configurar, no ensino de 2º grau, a integração da formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos, científico-tecnológicos e do trabalho.

Apartir da Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organiza a educação brasileira em duas etapas: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior. Segundo o Artigo 22, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Segundo Cury (2002), trata-se de um conceito novo, original e amplo: “a idéia de desenvolvimento do educando nestas etapas que formam um conjunto orgânico e seqüencial” e esclarece:

A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão conseqüente das partes.

A educação básica torna-se, dentro do Art. 4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. E tal o é por ser indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática. (CURY, 2007, 171-2)

A LDB (BRASIL, 1996, art. 35), ao localizar o ensino médio como a etapa final da educação básica, o define como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996, art. 35).

A legislação expressa, pois, que no processo de escolarização, a educação básica deve oferecer os meios para a construção da trajetória do cidadão, incorporando ainda que não cumprindo de imediato uma nova compreensão sobre as responsabilidades públicas do estado que reconhece, além do Ensino Fundamental, a Educação Infantil como a primeira etapa da educação institucionalizada, e o ensino médio, por sua vez, como encerramento do ciclo desta educação compreendida como básica para a plena formação do cidadão, no sentido dado por Saviani (2000):

Portanto, a educação integral do homem, a qual deve cobrir todo o período da educação básica que vai do nascimento, com as creches, passa pela educação infantil, o ensino fundamental e se completa com a conclusão do ensino médio por volta dos dezessete anos, é uma educação de caráter desinteressado que, além do conhecimento da natureza e da cultura envolve as formas estéticas, a apreciação das coisas e das pessoas pelo que elas são em si mesmas, sem outro objetivo senão o de relacionar-se com elas (SAVIANI, 2000, p. 6).

Segundo Gomes (1998), as disposições sobre o ensino médio deixam clara a importância da educação geral, como meio de preparar para o trabalho e formar pessoas capacitadas para um futuro dificilmente previsível, em que valerá mais a capacidade de aprender o novo que a reprodução dos conteúdos já obsoletos.

Ainda em Cury (2007, p. 182):

Legalmente falando, o ensino médio não é, como etapa formativa, nem porta para o ensino superior e nem chave para o mercado de trabalho. Ele tem uma finalidade em si, embora seja requisito tanto para o ensino superior quanto para a educação profissional de nível técnico.

Entretanto, se, por um lado, a LDB de 96 avançou no entendimento do ensino médio como etapa de educação básica, por outro, permitiu que uma interpretação levasse à regulamentação (Decreto 2.208/97) da obrigatoriedade da separação entre o ensino médio e a educação profissional. Na prática isto significou o fortalecimento do dualismo e a consolidação de um ensino médio com duas vertentes: uma relativa a um ensino médio “acadêmico” destituído da realidade do trabalho e, outra, a um ensino médio que, mesmo legalmente separado, mantinha a articulação com a educação profissional.

Após 12 anos de LDB e a revogação do Decreto 2208/97 pelo Decreto 5151/04, a sociedade brasileira, ainda, não foi capaz de dotar o ensino médio de uma identidade que supere a dualidade histórica que tem prevalecido nesta etapa, tampouco, conseguiu superar o quadro de elevada desigualdade educacional e social.

Os importantes avanços e conquistas alcançados na educação básica e os progressos obtidos na expansão dos diversos níveis de ensino no Brasil ainda não foram suficientes para superar nem o quadro de elevada desigualdade educacional nem a situação precária em relação à permanência e à aprendizagem dos estudantes.

## 2. Os Números do Ensino Médio no Brasil

### 2. Os Números do Ensino Médio no Brasil

Os dados do PNAD/IBGE demonstram a evolução do número de matrículas na educação básica em relação à população de 7 a 17 anos de idade, a partir dos anos 1980.

Abrangência Geográfica	7 a 14 anos						15 a 17 anos					
	1980	1991	1998	2000	2003	2005	1980	1991	1998	2000	2003	2005
Brasil	80,9	89,0	95,8	96,4	97,2	97,3	49,7	62,3	81,1	83	82,4	81,7
Norte	70,3	81,3	93,8	93,4	95,9	95,7	43,2	58,0	71,7	76,4	81,0	77,9
Nordeste	69,6	82,7	92,4	95,2	96,0	96,5	45,2	57,8	73,3	82,4	80,0	79,3
Sudeste	90,2	93,5	97,7	97,7	98,1	98,2	57,4	66,8	85,9	85,5	84,6	84,6
Sul	85,3	93,5	96,9	97,4	98,0	97,9	48,0	63,0	82,2	81,1	81,6	80,7
Centro-Oeste	80,7	93,8	95,8	96,5	97,0	97,6	47,8	61,4	85,9	84,1	82,9	81,9

Fonte: PNAD/IBGE

Embora essa tabela esteja organizada por faixa de idade, o que corresponderia às faixas próprias para o ensino fundamental e médio, as matrículas não estão necessariamente vinculadas a essas etapas de ensino.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, o atendimento também cresceu, em termos percentuais, até mais que o da faixa etária de 7 a 14 anos. Em 1980, o atendimento não alcançava 50% da totalidade desse público. Em 1990, já eram 62,3%, e, em 1998, atingia 81%. Desde então, é possível verificar uma estabilização das taxas de atendimento.

A análise desses números não pode estar dissociada de outros indicadores, tais como a evolução da taxa de escolarização bruta e líquida, o número de matrículas em relação ao tamanho da população, as taxas de abandono e repetência, as relações matrícula-professor, professor-escola e aluno-escola, dentre outros fatores fundamentais para a compreensão da dinâmica na evolução do ensino.

De 1991 a 2000, a matrícula no ensino médio mais que dobrou, crescendo em torno de 117%. A partir de 2005, observa-se uma queda da matrícula. Das cinco regiões do país, duas, Norte e Nordeste, apresentam variações positivas; outras duas, Sudeste e Sul, variações negativas; e a região Centro-Oeste manteve praticamente os mesmos números de matrícula registrados em 2004. Em 15 unidades federativas, houve aumento da matrícula e, em 12, foram detectadas reduções.

Abrangência Geográfica	1991	2000	2001	2002	2003	Variação (%) 2002/2003
Brasil	3.772.698	8.192.948	8.398.008	8.710.584	9.072.942	10,7
Norte	202.544	571.594	621.095	663.943	706.843	23,7
Nordeste	833.477	1.923.582	2.114.290	2.312.566	2.515.854	30,8
Sudeste	1.894.293	3.914.741	3.874.218	3.890.002	3.970.810	1,4
Sul	581.678	1.206.688	1.201.306	1.220.301	1.250.037	3,6
Centro-Oeste	260.706	576.343	587.099	623.772	629.398	9,2

Fonte: PNAD/IBGE

<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação (%) 2002/2003</b>
Brasil	9.169.357	9.031.302	8.906.820	-2,9
Norte	726.537	739.565	755.773	4,0
Nordeste	2.606.661	2.669.335	2.692.512	30,8
Sudeste	3.940.359	3.767.400	3.597.691	-8,7
Sul	1.248.473	1.221.253	1.213.531	-2,8
Centro-Oeste	647.327	633.749	647.313	0,0

Fonte: PNAD/IBGE

Comparando-se o número de matrícula aos dados de população do IBGE, temos que em 2005, 81,7% da população de 15 a 17 anos estavam sendo atendidos pelo sistema de ensino. Porém, desses, 4.687.245 de jovens estavam matriculados no ensino médio, o que corresponde ao atendimento de apenas 44% desse grupo na faixa etária própria. Além disso, 18,3%, que corresponde a uma população de 1.948.366 dos jovens, estavam fora do ensino regular. Por conseguinte, depreende-se que os demais 29,8% ainda estão matriculados numa das séries do ensino fundamental, atrasados em seus estudos em relação à idade, como pode ser visualizado nas Tabela 2 e 3.

<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Matrículas no Ensino Fundamental</b>								
	<b>Total</b>	<b>Faixas Etárias</b>							
		<b>De 0 a 6 anos</b>	<b>De 7 a 10 anos</b>	<b>De 11 a 14 anos</b>	<b>De 15 a 17 anos</b>	<b>De 18 a 19 anos</b>	<b>De 20 a 24 anos</b>	<b>De 25 a 29 anos</b>	<b>Mais de 29 anos</b>
Brasil	33.534.561	2,3	40,1	40,6	12,2	2,0	1,3	0,5	1,0
Norte	3.348.370	2,0	39,5	39,2	13,8	2,5	1,5	0,7	0,8
Nordeste	11.189.835	2,9	36,3	37,2	15,1	3,6	2,4	1,0	1,5
Sudeste	12.324.167	2,0	42,6	42,7	10,4	0,9	0,5	0,3	0,7
Sul	4.227.181	1,7	43,6	44,5	9,0	0,7	0,3	0,1	0,2
Centro-Oeste	2.445.008	2,5	40,0	40,7	11,8	1,8	1,2	0,7	1,4

Fonte: MEC/INEP

**A taxa de escolarização líquida, que** indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada na etapa de ensino adequado à sua idade, aumentou, entre 1994 e 2005, mais de 100%, como pode ser observado no Gráfico 2. Entretanto, ainda assim é muito baixa (44%). Isso ocorre em função da precariedade na conclusão do ensino fundamental, pois, se, por um lado, o acesso a essa etapa de ensino é quase universal, por outro, é baixo o percentual daqueles que a concluem, sobretudo, na idade adequada. Com isso, é possível perceber que haveria uma população de cerca de 16% em idade de cursar o ensino médio, mas que ainda permanece retida na etapa anterior, sem contar a evasão escolar, baixando a taxa líquida de escolarização no ensino médio.

O Gráfico 2, abaixo, mostra o número de matrícula no ensino médio em relação à população entre 15 e 24 anos no período compreendido entre 2000 e 2005.

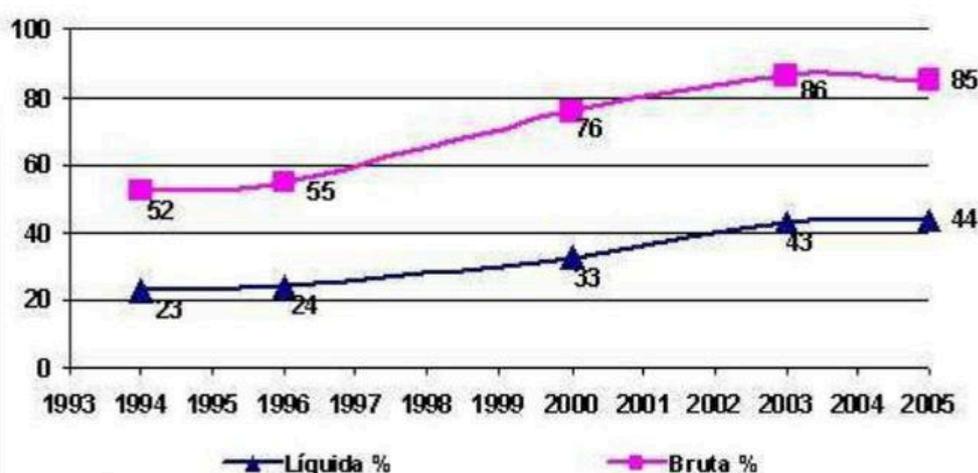
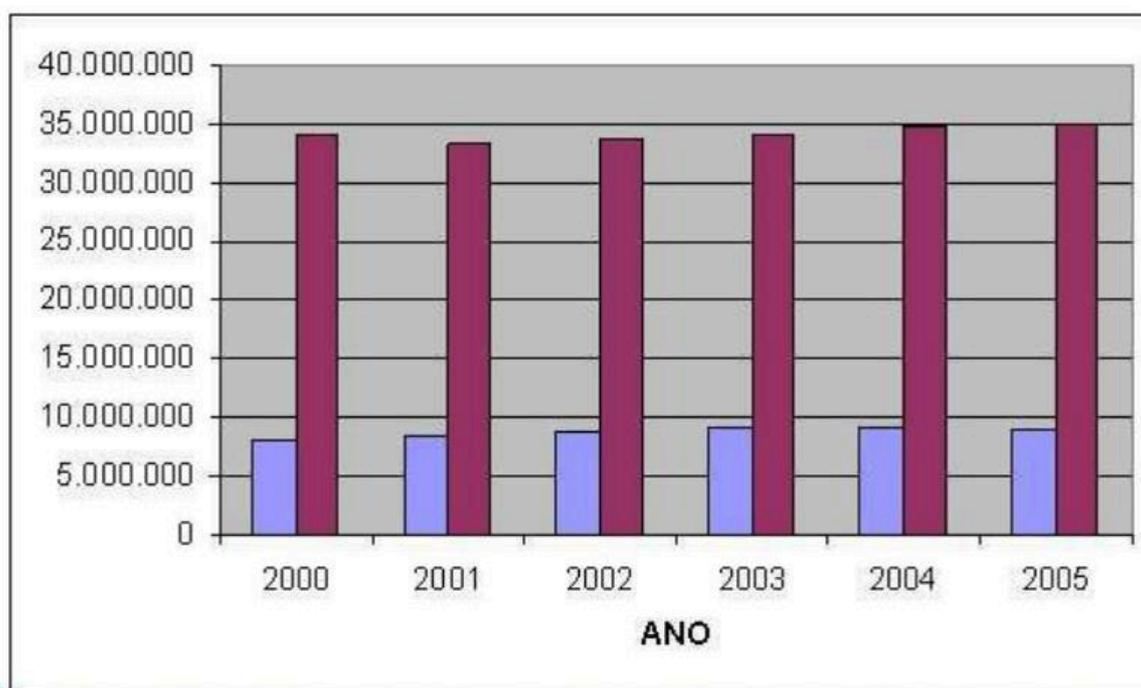


GRÁFICO 2 Evolução da taxa de escolarização, bruta e líquida, no ensino médio entre 1994/2005  
Fonte: PNAD/IBGE

Calculada com base nos dados populacionais do IBGE/PNAD/2005 e do Censo Escolar/2005, a taxa de escolarização líquida do país, em 2005, foi de 44%. No Gráfico 3, tem-se esse índice por unidade federativa. Como pode ser visto, são bastante críticos os percentuais dos estados de Alagoas (18%), Pará (23,3%), Sergipe (24,1%), Paraíba (24,9%), Maranhão (25,6%), Piauí (26,7%), Bahia (27,1%) e Amazonas (28,2%), onde a maioria dos jovens que deveria estar cursando o ensino médio, ou cursa ainda o ensino fundamental, ou está fora da escola.

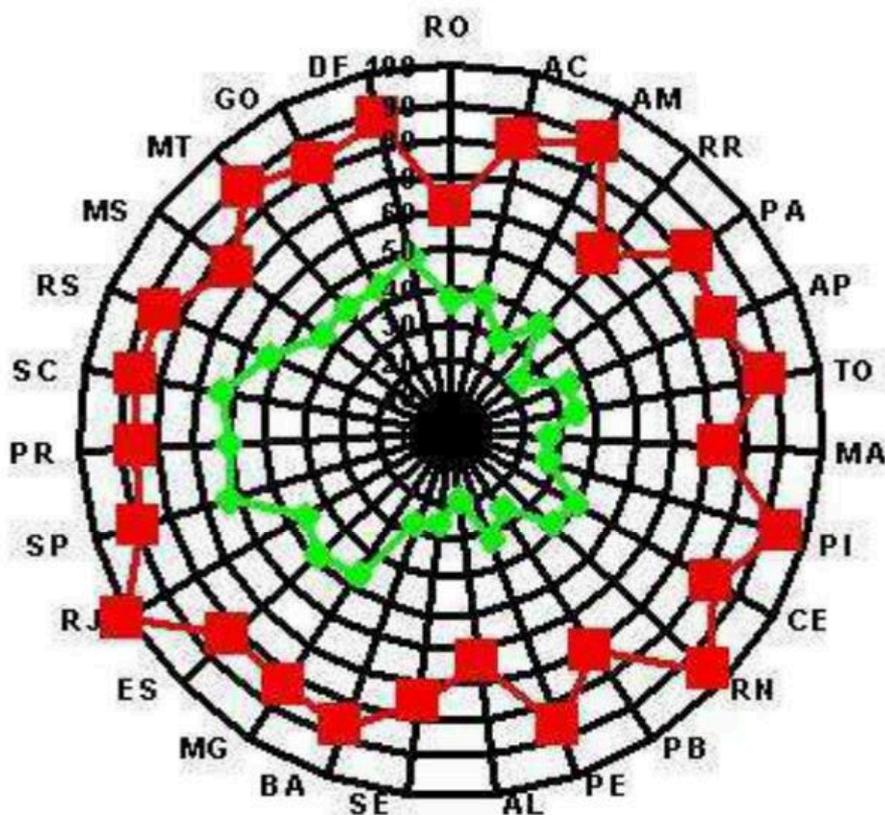


GRÁFICO 4 - Taxa de escolarização, bruta e líquida, no ensino médio, por UF, em 2005.  
Fonte: PNAD/IBGE

A situação do ensino médio se agrava mais ainda, quando se considera que a faixa etária atendida nesse nível de ensino é ampla, por diversas razões. Em primeiro lugar, porque os jovens chegam ao ensino médio fora da idade própria, devido à elevada taxa de repetência no ensino fundamental, como demonstra a Tabela 5. Em segundo lugar, porque há um grande número de adultos que volta à escola vários anos depois para concluir o ensino fundamental ou depois de tê-lo concluído.

TABELA 5 - Percentual de concluintes do ensino fundamental por faixa etária, no Brasil e regiões, em - 2004							
Abrangência Geográfica	Matriculas no Ensino Fundamental						
	Total	Faixas Etárias					
		De 0 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Mais de 29 anos
Brasil	2.462.319	4,1	76,9	11,4	4,5	1,4	1,7
Norte	167.676	4,4	67,0	17,9	6,9	2,0	1,8
Nordeste	710.390	4,6	60,4	19,7	9,5	2,8	2,9
Sudeste	1.037.700	2,8	86,7	6,8	2,0	0,7	1,1
Sul	358.546	5,6	87,1	5,1	1,1	0,4	0,7
Centro-Oeste	188.007	6,3	74,3	11,3	3,9	1,7	2,5

Fonte: MEC/INEP

Em virtude dessas duas condições, o ensino médio atende ao expressivo percentual de 47,2% de jovens e adultos com idade acima da prevista para essa etapa de ensino.

<b>TABELA 6 - Matrícula no ensino médio, por faixa etária, no Brasil e regiões 2005</b>							
<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Matrículas no Ensino Fundamental</b>						
	<b>Total</b>	<b>Faixas Etárias</b>					
		<b>De 0 a 14 anos</b>	<b>De 15 a 17 anos</b>	<b>De 18 a 19 anos</b>	<b>De 20 a 24 anos</b>	<b>De 25 a 29 anos</b>	<b>Mais de 29 anos</b>
Brasil	9.031.302	0,9	51,9	23,9	15,9	3,5	3,9
Norte	739.565	0,8	35,0	25,8	25,4	6,4	6,6
Nordeste	2.669.335	0,9	35,7	26,2	25,4	5,9	5,9
Sudeste	3.767.400	0,6	61,1	23,6	10,0	2,0	2,7
Sul	1.221.253	1,7	67,8	19,0	8,1	1,6	1,9
Centro-Oeste	633.749	1,5	54,7	23,5	13,9	2,9	3,5

Fonte: MEC/INEP

Se considerarmos que dos 33.534.561 alunos matriculados no ensino fundamental 5.705.496 possuem mais de 15 anos de idade, verifica-se que o problema da distorção idade-série é cumulativo, não é específico dessa etapa de ensino e traz alto risco para o ensino médio. Essa defasagem ainda persistirá ao longo de alguns anos, independentemente da melhoria do atendimento no ensino médio, caso não seja solucionada a questão na etapa anterior.

Quando se fala no número de matrículas no ensino médio, é relevante notar que foram matriculados 3.660.934 alunos na primeira série do ensino médio e que 2.510.102 foram concluintes do ensino fundamental, no ano de 2004. Nota-se, com isso, que o ensino médio tem hoje, além da meta de atender aos egressos do ensino fundamental, a necessidade de providenciar vagas para um número desconhecido de alunos que está fora do sistema.

A distorção idade-série constitui questão importante a ser trabalhada. Essa distorção aparece como um dos mais graves problemas da educação básica, estando associada ao baixo rendimento dos alunos, ao fracasso e à evasão escolar. O problema se estende ao longo das oito séries do ensino fundamental, repercutindo no ensino médio e até no ensino superior.

<b>TABELA 7 - Distorção idade-série no ensino médio na rede pública no Brasil e regiões - 2005</b>				
<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Total</b>	<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>
Brasil	51,1	54,1	49,5	48,1
Norte	69,6	70,3	68,1	69,9
Sudeste	39,1	42,3	38,1	36,1
Centro-Oeste	50,2	52,4	48,7	48,1

Fonte: MEC/INEP

Como visto anteriormente, em 2005, de acordo com dados do INEP e reproduzidos na Tabela 7, cerca de 44% dos alunos do ensino médio público estavam matriculados em séries fora da idade recomendada. Nas regiões Norte e Nordeste, a distorção idade-série atinge aproximadamente 70% dos alunos matriculados. Em estados como Pará, Piauí e Alagoas, são quase 80% os matriculados em correlação inadequada entre idade e série.

A análise da evolução da distorção idade-série no ensino médio público, cujos dados são apresentados na Tabela 8, demonstra que esse problema vem sendo enfrentado, ainda que com resultados muito aquém dos recomendados para sua resolução definitiva. A par dos avanços obtidos durante a década de 1990, a partir de 2000, ano após ano, os percentuais de distorção vêm sendo diminuídos em todo o Brasil. Em termos nacionais, a queda da taxa, no período 2000/2005,

corresponde à cerca de 15 %. Variação semelhante é verificada em quase todas as regiões, inclusive no Norte e Nordeste, que, apesar de tudo apresentam distorções significativas.

<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Série</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Brasil	Total	60,1	58,6	56,5	54,5	52,5	51,1
	1ª Série	62,4	60,9	57,9	56,7	54,8	54,1
	2ª Série	59,5	57,1	54,6	53,6	51,3	49,5
	3ª Série	57,4	56,6	56,4	51,8	50,0	48,1

Fonte: MEC/INEP

Os dados até aqui apresentados mostram a urgente necessidade de examinar os indicadores de fluxo para a formulação de política voltada à correção do problema. Contudo, esses não são os únicos agravantes da situação do ensino médio. Outras causas externas ao sistema educacional contribuem para que adolescentes e jovens se percam pelos caminhos da escolarização, tal como a inserção no mercado de trabalho para sobrevivência, agravadas por dificuldades da própria organização da escola e do processo ensino-aprendizagem.

A observação dos números referentes aos índices de evasão e repetência, apesar da melhoria dos últimos anos, indica que a distorção idade-série ainda necessita de especial atenção, pois ainda são bastante desfavoráveis.

Em 2004, as taxas de evasão e reprovação foram respectivamente de 9,6% e 22,5%, em nível nacional. Números muito aquém daqueles registrados por países com nível de desenvolvimento equivalente ou até mesmo inferior ao Brasil.

<b>Abrangência Geográfica</b>	Taxa de promoção				Taxa de repetência				Taxa de evasão			
	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Brasil	67,9	57,9	69,3	69,3	22,5	29,7	19,8	19,8	9,6	12,4	10,9	10,9
Norte	63,5	54,1	64,8	64,8	26,1	33,9	21,3	21,3	10,4	12,0	13,9	13,9
Nordeste	65,9	55,3	68,8	68,8	24,4	32,3	20,8	20,8	9,7	12,4	10,4	10,4
Sudeste	70,9	61,5	71,3	71,3	20,1	26,5	18,2	18,2	9,0	12,0	10,5	10,5
Sul	66,9	55,0	69,3	69,3	23,3	31,3	20,1	20,1	9,8	13,7	10,6	10,6
Centro-Oeste	63,7	54,0	64,5	64,5	23,7	30,1	21,1	21,1	12,6	15,9	14,4	14,4

Fonte: MEC/INEP

O ensino médio cresceu desordenadamente e ocupou espaços ociosos de escolas do ensino fundamental, quase sempre no turno noturno, sem condições físicas adequadas, sem espaços próprios. Ainda assim, pode ser verificado que os índices têm apresentado sinais de melhoria. Segundo dados do Censo Escolar de 2005, 49,3% das matrículas (3.909.724) são noturnas, mas este número era maior em 2000, quando foram registradas 7.933.713 matrículas nesse turno, o equivalente a 59,3% do total.

Trata-se da persistência do fenômeno do estudante-trabalhador predominante nas regiões Norte e Nordeste. A maioria dos matriculados pertence às faixas etárias acima de 17 anos, que estudam à noite porque trabalham ou pretendem trabalhar.

Essas informações reiteram o problema da distorção idade-série e da necessidade de medidas para correções de fluxo escolar. Porém, o que mais preocupa é a baixa qualidade de atendimento

(carga horária reduzida, condições físicas deficitárias de professores e alunos) prestada aos alunos neste turno, que requer ações diferenciadas para a sua melhoria, devido ao perfil da sua clientela.

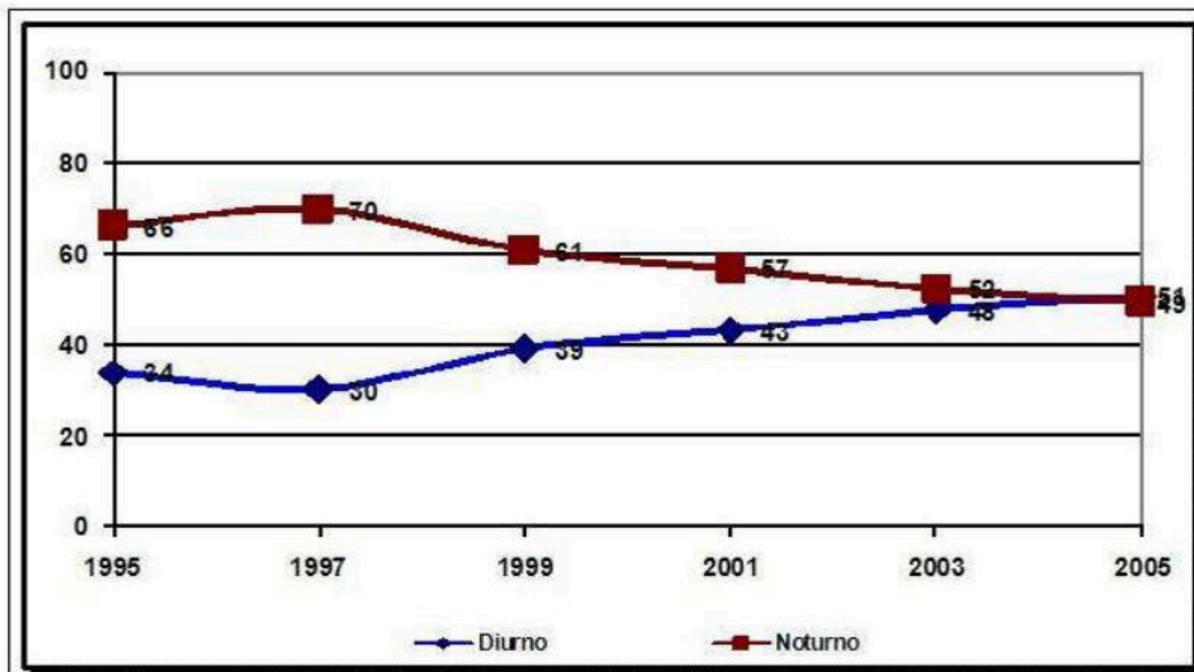


GRÁFICO 4 Evolução da matrícula no ensino médio, por turno, no Brasil 1995/2005  
Fonte: MEC/INEP

Uma realidade a ser estudada mais profundamente se encontra na relação e evolução das matrículas no ensino médio regular, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nas matrículas na Educação Profissional Técnica.

Dependência administrativa	Ensino médio (regular)	Ensino médio (EJA)	Ensino médio (Total)	Educação Profissional Técnico
Brasil	9.169.357	1.709.053	10.878.410	676.093
Federal	67.652	316	67.968	82.293
Estadual	7.800.983	1.447.842	9.248.825	179.456
Municipal	189.331	55.887	245.218	21.642
Privada	1.111.391	205.008	1.316.399	392.702

Fonte: Censo Escolar 2004

	Matrículas por ano					
	2004	2005	2006	2007	Diferença 2006-2007	Variação % 2006 - 2007
Ensino Médio	9.169.357	9.031.302	8.906.820	8.360.664	-546.156	-6,13
EJA (Fundamental e médio)	5.718.061	5.615.426	5.616.291	4.980.827	-635.464	-11,31
Educação Profissional Técnica	676.093	707.263	744.690	688.68	-56.042	-7,53

Fonte: Censo Escolar

<b>TABELA 12 - Número de Matrículas na Educação Profissional, por faixa etária, segundo a região geográfica em 2006</b>								
<b>Unidade da Federação</b>	<b>Matrículas na Educação Profissional</b>							
	<b>Total</b>	<b>Faixas Etárias</b>						
		<b>De 0 a 14 anos</b>	<b>De 15 a 17 anos</b>	<b>De 18 a 19 anos</b>	<b>De 20 a 24 anos</b>	<b>De 25 a 29 anos</b>	<b>De 30 a 39 anos</b>	<b>Mais de 39 anos</b>
Brasil	744.690	7.170	100.052	130.755	230.028	128.813	99.264	48.608
Norte	29.362	383	1.526	3.450	9.164	6.451	6.208	2.180
Nordeste	94.480	1.573	5.608	13.274	30.377	20.864	15.520	7.264
Sudeste	431.480	2.928	74.045	80.371	126.838	68.992	51.028	27.278
Sul	160.434	1.429	17.066	29.772	54.353	26.787	21.415	9.612
Centro-Oeste	28.934	857	1.807	3.888	9.296	5.719	5.093	2.274

Fonte: MEC/INEP

Notas: Nas modalidades de oferta concomitante e subsequente.

Cabe lembrar que relevantes para a política pública do ensino médio e, em particular, para a formação de professores são os dados referentes ao curso normal de nível médio.

<b>Tabela 13 - Curso Normal Médio Matrícula Total Brasil</b>			
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Estadual	271.192	328.563	381.499
Federal	774	1.263	1.704
Municipal	44.644	48.051	46.997
Particular	33.606	45.828	64.181
Total	350.216	423.705	514.381

Fonte: MEC/INEP

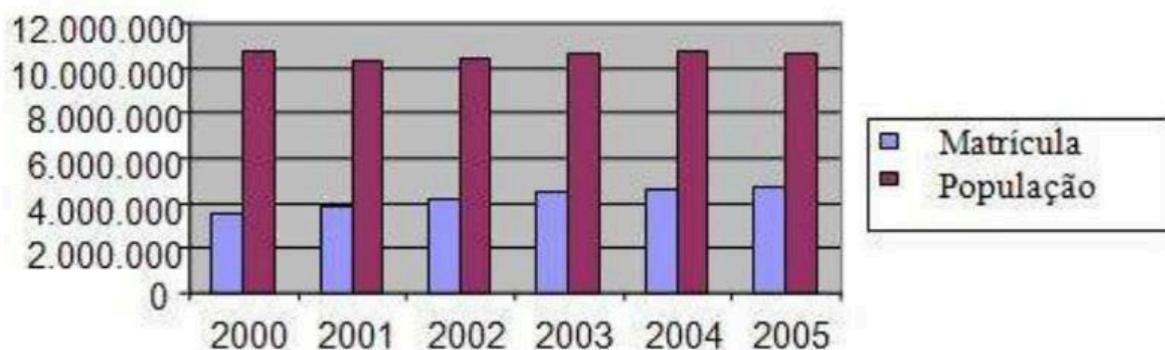
Os números mostram que a população brasileira vem aumentando. Segundo estimativas preliminares do IBGE, a população brasileira teria crescido 5,6% entre 2003 e 2006, de 176.871.437 para 186.770.562.

Já o Censo Demográfico 2000 estimou que a população que era de 169.799.170 naquele ano passaria a 183.989.711 em 2007. O IPEA projeta uma taxa de crescimento médio anual de 1,35% entre 2000 e 2010 o que daria pouco mais de 4% em três anos.

De acordo com tais indicadores, enquanto a população entre 15 e 24 anos de idade (faixa essa que engloba a imensa maioria dos estudantes de ensino médio, principalmente na modalidade regular, mas também na Educação de Jovens e Adultos EJA) aumentou em 0,7% entre 2004 e 2005, a matrícula no ensino médio caiu 1,5%. Comparando os dois fatores, podemos afirmar que houve uma queda líquida de 376.025 entre os dois anos. Isto é, se a relação matrícula/população nessa faixa tivesse permanecido constante entre 2004 e 2005, teria havido mais de 376 mil estudantes adicionais no ensino médio neste último ano. Estritamente falando, não podemos falar em “matrícula líquida”, porque nem todos os estudantes de ensino médio se encontram nessa faixa de idade, e os que já concluíram o ensino médio não precisam mais estar na escola.

Ainda, segundo o Censo Demográfico 2000, a população na faixa de 15 a 17 anos era de 10.702.499. Enquanto que na Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios PNDA -, em 2001, a população na faixa etária entre 15 e 17 anos era de e 10.308.707 e de 10.646.814 em 2005.

Para a faixa de 18 a 24 anos, o Censo de 2000 aponta uma população de 23 378 831, enquanto a PNAD aponta, para 2001 23 139 063 e para 2005 24 405 518.



Fontes: IBGE e INEP

De 2000 a 2005, a matrícula líquida no ensino médio no Brasil (na faixa dos 15 a 17 anos de idade) cresceu todos os anos, de 33,2% em 2000 para 43,4% em 2004 e 44,0% em 2005. Por exemplo, entre 2004 e 2005, a população na faixa de 15-17 anos no Brasil caiu 95.230, enquanto as matrículas no ensino médio nessa mesma faixa aumentaram em 27.155. Contudo, o País está longe de alcançar a meta de 69,3% em 2007.

Segundo os dados da PNAD/2005, 67,8% desses jovens são provenientes de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo. São, portanto, na sua imensa maioria, jovens de baixa renda. No Nordeste, esse percentual chega a expressivos 86%. As condições materiais de sobrevivência desses jovens são, portanto, bastante precárias, o que se constitui um sério obstáculo à acumulação de capital educacional.

Pode-se afirmar, assim, que qualquer política pública destinada aos jovens brasileiros nessa faixa etária deverá considerar seu baixo poder aquisitivo, mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas, porque esses jovens freqüentam escola, o fazem predominantemente na rede pública. Daí a importância crucial da melhoria da escola pública para que esses jovens recebam uma educação de qualidade, sem qual o seu prospecto de futuro é, no mínimo, incerto.

Brasil e Região Geográfica	População de 15 a 17 anos								
	Total	Renda Familiar Per Capita (em SM)							
		Até ½	Mais de ½ até 1	Mais de 1 até 2	Mais de 2 até 3	Mais de 3 até 5	Mais 5	Sem declaração	Sem rendimento
Brasil	10.646.814	4.156.805	3.056.958	1.949.075	576.098	386.282	274.432	179.463	67.701
Norte	921.057	435.073	268.759	123.072	29.275	22.034	14.847	7.980	2.016
Nordeste	3.276.857	2.090.128	732.641	249.785	69.752	40.941	30.203	44.312	19.095
Sudeste	4.248.764	1.064.988	1.346.322	1.023.485	310.482	201.790	156.929	112.562	32.206
Sul	1.428.861	323.741	445.806	393.178	122.396	80.580	44.054	10.959	8.147
Centro-Oeste	771.275	224.875	263.430	159.554	44.193	40.937	28.399	3.650	6.237

Ainda segundo os dados da PNAD 2005<sup>1</sup>, dos 8,9 milhões de jovens que freqüentam a escola em qualquer nível, 50,1% são mulheres, demonstrando que o quesito gênero não se apresenta como um fator de discriminação de acesso à educação em nosso País. A maternidade precoce é uma experiência vivida por 1,6% das jovens estudantes. Todavia, ao analisar o grupo que não freqüenta a escola, observa-se com espanto que 28,8% das jovens de 15 a 17 anos já são mães, o que indica claramente que o fenômeno da gravidez na adolescência está associado ao abandono da escola, principalmente quando aliado à baixa condição socioeconômica.

Quanto ao quesito cor ou raça, enquanto para o grupo que freqüenta a escola esta característica apresenta uma certa paridade e se mostra próxima da distribuição da população brasileira, predominantemente miscigenada 53% dos estudantes se declararam “não brancos”.

Para a população que não freqüenta a escola, esta característica reflete um quadro de desigualdade, com mais de 3/5 dos jovens se declarando “não brancos”. A exclusão educacional no Brasil tem, portanto, um forte componente étnico-racial.

Em relação à condição de atividade entre a população de 15 a 17 anos que freqüenta escola, 35,5% é economicamente ativa e 24,4% trabalhou na semana de referência da pesquisa. Ao analisarmos este quesito entre o contingente que não freqüenta a escola, os resultados são 56,6% e 43,7% respectivamente.

<b>Tabela 14 - Condição de Atividade Econômica da população de 15 a 17 anos Brasil - 2005</b>		
<b>Condição de Atividade</b>	<b>Freqüenta Escola</b>	<b>Não Freqüenta Escola</b>
Trabalhou ou procurou emprego	35,5%	56,6%
Não economicamente ativa	64,5%	43,4%

Fonte: IBGE Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDE

<b>Tabela 15 Condição de Ocupação na população de 15 a 17 anos que trabalha ou procura emprego - Brasil - 2005</b>		
<b>Condição de Ocupação</b>	<b>Freqüenta Escola</b>	<b>Não Freqüenta Escola</b>
Trabalhou na semana de referência	35,5%	56,6%
Não trabalhou na semana de referência	64,5%	43,4%

Fonte: IBGE Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDE

Os valores foram calculados a partir dos Microdados da PNAD 2005, considerando a variável “ano de nascimento”.